



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



PARECER ÚNICO Nº: 16/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 022563/2016	PROCESSO CAP Nº: 446909/17
BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: M2776-2016-6274038	DATA: 17/05/2016
EMBASAMENTO LEGAL: Arts. 83 do Decreto nº 44844/08	

AUTUADO(A) JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA	CPF Nº: 656.129.816-00
MUNICÍPIO: Rubelita/MG	ZONA: rural

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MASP	ASSINATURA
Carlos Frederico Bastos Queiroz – Gestor Jurídico	1403685-9	
De acordo: Priscila Barroso de Oliveira – Coordenadora do Núcleo de Autos de Infração	1379670-1	
De acordo: Gislando Vinícius Rocha de Souza - Diretor de Fiscalização	1182851-3	



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



PARECER Nº: 16/2018

Processo CAP nº: 446909/17	
Auto de Infração nº: 022563/2016	Data: 17/05/2016
Boletim de Ocorrência nº M2776-2016-6274038	Data: 17/05/2016
Infração: Art. 83 do Decreto 44.844/2008	Defesa: SIM

Autuado(a): José Carlos de Oliveira	
CPF Nº: 656.129.816-00	Município da Infração: Rubelita/MG.

Código da Infração	Descrição
117	Funcionar sem autorização ambiental de funcionamento, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ou entidade ambiental competente, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.

01. Relatório

Conforme se verifica no relatório lançado no Parecer Jurídico nº. 94/2017, anexado aos autos, foi lavrado o Auto de Infração nº 022563/2016, com a aplicação das sanções nele descritas, em razão de ter sido constatada a seguinte violação:

Funcionar sem autorização ambiental de funcionamento, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental competente, se constatando a existência de poluição ou degradação.

O infrator, após tomar conhecimento do auto de infração, apresentou sua defesa administrativa.

Em decisão proferida pelo Superintendente Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas, subsidiado pelo parecer jurídico acima mencionado, as teses da defesa foram julgadas improcedentes, tornando definitivas, tanto a penalidade de multa simples, no valor de R\$ 16.616,27 (dezesesseis mil, seiscentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos), que foi devidamente atualizado, quanto a suspensão das atividades, até a regularização perante o órgão ambiental competente.

O autuado foi notificado da decisão em 07/10/2017 e, inconformado com a decisão, apresentou recurso; tempestivo, em 31/10/2017, tendo sido observados os elementos formais de sua elaboração, conforme a Lei, pelo que deve ser conhecido.

02. Dos fundamentos do recurso

No que tange ao recurso apresentado, o autuado alega, em síntese:

Rua Agapito dos Anjos, nº 455 – Bairro Cândida Câmara – Montes Claros – MG CEP: 39401-040
Telefones: (038) 3212-3267 / 3212-3695



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI

- Que não realiza a atividade de extração de areia na propriedade desde 08/12/2014, quando do vencimento de suas autorizações para referido empreendimento e, portanto, não provocou nenhum dano ambiental;
- Que o Auto de Infração menciona que houve poluição ou degradação ambiental, mas o *Check List* que acompanha o Boletim de Ocorrência atesta que não houve poluição ambiental, nem atmosférica, nem do solo, nem hídrica, conforme marcações indicadas nos campos, 5, 6, 7 e 8 do referido documento, estando, portanto, contraditórias as informações;
- Que o próprio Boletim de Ocorrência menciona que no momento da vistoria não havia atividade no local, a draga estava parada e com a tubulação retirada.

Ao final, requer a modificação da decisão de 1ª instância, julgando-a improcedente, e a anulação do Auto de Infração.

03. Análise das razões recursais

Compulsando-se os autos do presente processo administrativo, em sede de controle de legalidade e revisão dos fatos, dos fundamentos e do conjunto probatório nele existentes, para fins de análise do recurso interposto em face da decisão de 1º Grau, do Superintendente Regional de Meio Ambiente, foi possível perceber que, realmente, há uma contundente inconsistência na forma como os fatos que pesam sobre o autuado foram constatados e descritos.

Neste sentido, é possível verificar, inicialmente, que, apesar de o Auto de Infração descrever a conduta de “funcionar”, o empreendimento do autuado, sem autorização de funcionamento, não foi relatada, pelo Agente Autuante, em nenhum momento, a existência de indícios de funcionamento recente da atividade do autuado, pelo contrário, verificando-se o campo “Histórico da Ocorrência”, no Boletim de Ocorrência, está registrado que “(...) no momento da fiscalização não havia atividade, ou seja, não havia homens ou máquinas trabalhando no local, a draga estava parada e com a tubulação retirada.”.

Outra inconsistência notada nos fatos é a de que a aplicação do Código infracional em comento está condicionada à existência de poluição ou degradação ambiental. No entanto, o *Check List* anexado ao Boletim de Ocorrência, que deste não faz parte, mas é o instrumento que traduz o que foi verificado em campo pelos agentes, e, portanto, produz efeitos jurídicos, deixa claro que não houve poluição no local, de acordo com as marcações indicadas nos campos 5, 6, 7 e 8 daquele documento, sendo possível perceber, portanto, que a conduta verificada não se amolda ao tipo infracional.

Assim, por entender que os fatos relatados no Boletim de Ocorrência, bem como a descrição da conduta infracional atribuída ao autuado estão dispostos de maneira incongruente, caracterizando, a nosso ver, vícios insanáveis, esta Assessoria Jurídica, em reanálise dos fatos e fundamentos, e exercendo seu Juízo de Retratação, opina pelo DEFERIMENTO DO RECURSO apresentado, recomendando a ANULAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO E A DESCONSTITUIÇÃO DAS PENALIDADES APLICADAS.



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



04. Conclusão

Por todo o exposto, o presente parecer é pela PROCEDÊNCIA DAS TESES RECURSAIS, devendo ser REFORMADA a decisão de 1ª instância, do Superintendente Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas, para se ANULAR O AUTO DE INFRAÇÃO E AS PENALIDADES NELE CONSIGNADAS.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Finda a instrução, sejam os autos encaminhados ao COPAM via sua URC, para análise do recurso e do presente Parecer, conforme art. 73 do Decreto 47.042/2016. Após, sejam os autos encaminhados ao setor administrativo do SISEMA para O CANCELAMENTO do DAE, se for o caso, intimando-se o interessado.

Montes Claros, 16 de março de 2018.

Gestor Ambiental/Jurídico Responsável pelo parecer	MA SP	Assinatura
Carlos Frederico Bastos Queiroz	1403685-9	